



# Pro PALOP-TL ISC

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia



# Pro PALOP-TL ISC

**Projeto de Reforço das Capacidades Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste**

***Primeira Sessão do Comité de Coordenação de País  
Guiné-Bissau***

***Ricardo Godinho Gomes***

***Gestor de Programas e Coordenador do Projecto***

***Bissau, 14.11.2014***



**Pro PALOP-TL ISC**

## Estrutura da Apresentação

### *1. Bases de Referência na Guiné-Bissau*

#### Resultado 1

## Eficácia do controlo externo por parte do TCGBS & Transparência Orçamental do MEF



**Pro PALOP-TL ISC**



## *1.1. PTA 2015-2016 para GBS* Componente 1

**Actividades de desenvolvimento de capacidades do TCGBS  
para o controlo externo das despesas e contas públicas**

**Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre  
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)**



**Pro PALOP-TL ISC**

## *2. Bases de Referência na Guiné-Bissau*

### **Resultado 2**

**Eficácia da fiscalização parlamentar do processo orçamental, das despesas públicas e da auditoria externa**

**Participação da sociedade civil no processo orçamental e de auditoria**



**Pro PALOP-TL ISC**



## *2.1. PTA 2015-2016 para GBS* Componente 2

**Actividades de desenvolvimento de capacidades no domínio  
da fiscalização das despesas e contas públicas da  
Assembleia Nacional Popular (ANP)**

**Actividades de controlo externo público das despesas e  
contas públicas e de envolvimento público no processo  
orçamental e de auditoria**

**Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre  
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)**



## *3. Orçamento consolidado para a Guiné-Bissau*

*Orçamento 2015*

*Orçamento 2016*



# 1. *Bases de Referência para a Guiné-Bissau*

## Resultado 1

### Eficácia do controlo externo por parte do TCGBS



**Pro PALOP-TL ISC**

## *Ponto de situação na Guiné-Bissau*

A avaliação da performance das FP na  
Guiné-Bissau (PEFA) cobriu o exercício  
fiscal de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de  
2013

O relatório final de 6 de Janeiro de 2014  
incorpora todos os comentários

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

[www.propaloptl-isct.org](http://www.propaloptl-isct.org)



O PEFA faz uma análise das FP na Guiné-Bissau

No âmbito do projecto interessam os indicadores ligados à transparência orçamental

Os indicadores sobre o trabalho do TCGBS e do Parlamento, sobre o envolvimento da sociedade civil no controlo externo são insuficientes



## Pro PALOP-TL ISC

O conjunto destas avaliações formaram as bases de referência do projecto para responder às necessidades efectivas em matéria do controlo externo das FP

Seria bom complementar as avaliações já feitas com o tipo de exercício do OBP e afinar a análise independente nos 3 domínios do controlo externo das FP

*Transparência orçamental, controlo externo e participação do público*



# Pro PALOP-TL ISC



## Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

### *Abrangência e Transparência*

**Em 2013, notou-se a existência satisfatória de uma classificação orçamental, inclusive da documentação orçamental submetida à Assembleia Nacional**

**Não existem dados precisos sobre as operações extraorçamentais, mas presume-se que sejam relativamente importantes, pois as receitas específicas que muitos ministérios recebem financiam apenas parte das suas despesas**



# Pro PALOP-TL ISC



## *Abrangência e Transparência*

**A supervisão do risco orçamental exercida pela Administração Central sobre os fundos autónomos e as empresas públicas é muito incompleta**

**O público não tem praticamente acesso às principais e importantes informações orçamentais**

**De uma forma geral, em termos de cobertura e transparência, a avaliação PEFA de 2013 revela uma deterioração comparativamente à avaliação de 2009**



# Pro PALOP-TL ISC



## Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

*Registo e comunicação de informações fiscais*

**Não são efetuadas reconciliações bancárias**

**Não se procede à recolha de dados abrangentes sobre os recursos recebidos pelas unidades de prestação de serviços (saúde e educação)**

**mas nos três últimos anos essa recolha têm sido realizada e processada**



# Pro PALOP-TL ISC



*Contabilidade, registo e comunicação de informações fiscais*

**Os relatórios de execução orçamental durante o ano são suficientemente bons**

**O mesmo não se pode afirmar das demonstrações financeiras que são incompletas e não são submetidas a auditoria do Tribunal de Contas**

**De forma geral, em termos de contabilidade, registo de informações e relatórios financeiros da PEFA de 2013 não revelam nenhuma melhoria significativa em comparação com 2009**



# Pro PALOP-TL ISC

## Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

### *Controlo externo*

**Regra geral, o controlo externo pelo Tribunal de Contas (TdC) ou pela Assembleia Nacional é muito fraco**

**As contas do Governo nunca foram examinadas pelo TdC nem por outra auditoria externa**

**As auditorias realizadas pelo TdC de algumas entidades do governo central representam muito menos de 50% dos gastos totais do Governo**



# Pro PALOP-TL ISC



## Constatações do exercício PEFA 2014 (Draft)

### *Controlo externo*

O exame da legislatura cobre teoricamente políticas fiscais e associadas, assim como cálculos detalhados das despesas e receitas,

apresentados segundo várias ópticas e acompanhados de elementos pertinentes do contexto e do enquadramento, embora falte uma apresentação das políticas



# Pro PALOP-TL ISC



## Controlo externo

Mas as modalidades dessa análise são muito insuficientes, pelo que se deve considerar que a análise da legislatura é extremamente limitada

Em comparação com a de 2009, a avaliação PEFA de 2013 não revela nenhuma melhoria

*Em geral, a maioria dos sistemas de GFP na Guiné-Bissau é fraca, embora tenha havido recentemente algum progresso (2010-2011). Esses avanços foram interrompidos pelos acontecimentos políticos de 2012*



# Pro PALOP-TL ISC

*Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)*

*Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais*

**Abrangência das informações incluídas na documentação do orçamento**

**Extensão de operações governamentais não reportadas**

**Supervisão do risco fiscal imputável a outros órgãos do sector público**

**Acesso do público a informações fiscais importantes**



# Pro PALOP-TL ISC



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais

Disponibilidade de informações sobre recursos recebidos pelas unidades de prestação de serviços

Qualidade e oportunidade de relatórios sobre o orçamento durante o exercício

Qualidade e oportunidade de demonstrações financeiras anuais



# Pro PALOP-TL ISC



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais

Abrangência, natureza e acompanhamento da auditoria externa

Fiscalização pelo poder legislativo da lei orçamental anual

Fiscalização dos relatórios de auditoria externa pelo poder legislativo



**Pro PALOP-TL ISC**



## Constações do exercício IOA

**Tendo em conta o contexto político e  
institucional**

**RDA & CGE apresentadas para os anos de 2009  
e 2010**

**RS & OC nunca foram produzidos de forma  
pública**

— Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

[www.propaloptl-isct.org](http://www.propaloptl-isct.org)



**Pro PALOP-TL ISC**



**Tendo em conta o contexto político e  
institucional**

*RDA & CGE apresentadas para os anos de 2009  
e 2010*

*RS & OC nunca foram produzidos de forma  
pública*

*RA (Parecer sobre a CGE) nunca foi produzido*



## Pro PALOP-TL ISC



A excepção do OP, publicado em BO,

A maioria dos documentos orçamentais,  
quando produzidos, não estão acessíveis ao  
público (website não operacional)

O acesso a esses documentos só é possível  
mediante solicitação a unidades  
administrativas do MEF



**Pro PALOP-TL ISC**

**O Quadro 19, que poderia ser considerado  
declaração pré-orçamental, não é um  
documento público**

**A POE & RDA são disponibilizados ao público,  
mas mediante solicitação**

**As CGE 2009-10 não estão disponíveis ao  
público por ausência de Parecer do TdC**



## Pro PALOP-TL ISC

Em suma, a informação fiscal crítica para o controlo externo, fiscalização parlamentar e participação do público

é disponibilizada ao público de forma muito limitada

*apenas em Bissau*

**Não acompanhada por conferências ou debates**

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

[www.propaloptl-isct.org](http://www.propaloptl-isct.org)



## Pro PALOP-TL ISC

A data de publicação do OGE é fixada por lei e  
foi respeitada até 2011 (OGE 2012)

Tendo em conta o contexto político nacional,  
essa data deixou de ser respeitada de 2012  
em diante

Estão em curso esforços para regularizar os  
calendários e espera-se que em 2016 a  
situação seja regularizada



**Pro PALOP-TL ISC**



**O executivo não tinha a prática de levar a cabo consultas com os membros da legislatura (parlamentares) no processo de preparação do orçamento**

**Prática que mudou no processo em curso de formulação da POE e OGE de 2015**

**Com consultas em curso na legislatura**



Pro PALOP-TL ISC



O TdC nunca publicou o Parecer sobre a CGE

As conclusões de auditorias que consegue realizar nunca foram encaminhadas para a legislatura

O seu orçamento é definido pelo executivo e o seu chefe nomeado e exonerado pelo PR sem necessidade de consulta ou visto legislativo ou judicial



**Pro PALOP-TL ISC**

**Os relatórios financeiros são publicados trimestralmente e disponibilizados de forma limitada**

**poderiam beneficiar de maior abrangência com informação detalhada ao nível das unidades administrativas**

**cobrem menos de 50% do total da despesa real e efectiva**



**Pro PALOP-TL ISC**



**Embora existam ferramentas de envolvimento  
do público no trabalho do TCGBS**

**esse envolvimento tem sido muito limitado**

**O TCGBS já realizou auditorias que foram  
despoletadas por denuncias  
correo do cidadão que permite ao público deixar as  
denúncias numa caixa no TC  
O website do TC ainda não está operacional**



**Pro PALOP-TL ISC**



**Embora existam ferramentas de envolvimento  
do público no trabalho do TCGBS**

**esse envolvimento tem sido muito limitado**

**O TCGBS já realizou auditorias que foram  
despoletadas por denuncias  
correo do cidadão que permite ao público deixar as  
denúncias numa caixa no TC  
O website do TC ainda não está operacional**



Pro PALOP-TL ISC



## 1.1. PTA 2015-2016 para a Guiné-Bissau Componente 1

Actividades de desenvolvimento de capacidades da CCTL  
para o controlo externo das despesas e contas públicas

Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre  
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 1: Formação sobre gestão e auditoria de finanças públicas

2015-16

O Tribunal de Contas da Guiné-Bissau (TCGBS)  
elabora o Parecer sobre a Conta Geral do Estado  
(CGE) 2009-10 e da(s) CGE submetida(s) pelo  
executivo em 2015-16 dentro dos prazos estipulados  
pela lei e de forma considerada satisfatória.



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 1: Formação sobre gestão e auditoria de finanças públicas

2015-16

*As instruções do TCGBS para prestação de contas públicas são conhecidas pelas entidades públicas que, na sua maioria, passam a respeitá-las na apresentação das suas contas*



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

*Informação fiscal, nomeadamente os relatórios financeiros (trimestrais, revisão semestral e CGE) de 2015, estão acessíveis ao público sem restrições*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

*A capacidade de fiscalização da IGF é reforçada e contribui para melhorar a acessibilidade, publicidade, regularidade e abrangência dos documentos orçamentais produzidos pelo executivo*



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

*A participação do público no processo orçamental é reforçada por via da elaboração sistematizada do Orçamento do Cidadão e de iniciativas de promoção de orçamento aberto (Open Budget Initiative)*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

O TCGBS realiza com sucesso uma auditoria de desempenho modelo no sector das Obras Públicas, cujos resultados são publicados e divulgados em linha com a legislação existente, num quadro de troca de experiências e cooperação interinstitucional no seio da OISC CPLP



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

**Capacitação de Auditores e Juízes do TCGBS permite o domínio eficaz de instrumentos, técnicas e ferramentas de auto avaliação, diagnóstico de capacidades e planificação estratégica das ISC (SAI PMF), num quadro de troca de experiências e de aprendizagem entre pares no âmbito do programa de acção da OISC CPLP**



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

O Públco em geral, a legislatura e o executivo são familiarizados com as boas práticas e normas internacionais de organização e funcionamento dos tribunais de contas, bem como dos standards internacionais para o controlo externo da despesa e contas públicas, com particular enfoque para o trabalho do TCGBS



# Pro PALOP-TL ISC



**ACT 5: Formação e troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e TL, entre ISC Parlamento e a sociedade civil**



**Pro PALOP-TL ISC**

## *2. Bases de Referência na Guiné-Bissau*

### **Resultado 2**

**Eficácia da fiscalização parlamentar do processo orçamental, das despesas públicas e da auditoria externa**

**Participação da sociedade civil no processo orçamental e de auditoria**



**Pro PALOP-TL ISC**



## Constações do exercício IOA

**A ANP não tem no seu seio um Gabinete especializado na análise orçamental, nem tão pouco tem acesso a capacidade independente de pesquisa por forma a levar a cabo uma tal análise**

**Não existe um debate formal pré-orçamental na AN para discutir a política orçamental, nem antes nem no seguimento/após a apresentação da Proposta do Orçamento do Executivo**



Pro PALOP-TL ISC

**A legislatura recebe a Proposta de Orçamento do Executivo menos de 3 meses antes do início do ano orçamental**

*Influência importante dos ciclos de programação dos parceiros que financiam o OGE*



**As trocas entre a ANP e o TCGBS ou ainda as trocas da ANP com a Sociedade Civil no domínio do controlo externo, fiscalização parlamentar e envolvimento do público no processo orçamental**

**são praticamente inexistentes e não sistematizadas**



**Pro PALOP-TL ISC**



## ***2.1. PTA 2015-2016 para a Guiné-Bissau Componente 2***

**Actividades de desenvolvimento de capacidades no domínio  
da fiscalização das despesas e contas públicas da  
Assembleia Nacional**

**Actividades de controlo externo público das despesas e  
contas públicas e de envolvimento público no processo  
orçamental e de auditoria**

**Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre  
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)**



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 7: Apoio a reformas dos quadros legais e institucionais, com particular enfoque na revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e TCs

2015-2016

*O plano estratégico integrado da ANP para a reforma do parlamento é revisto, com enfoque na sua componente de promoção da fiscalização parlamentar e seguimento do orçamento do executivo e da despesa pública*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 8: Campanhas de sensibilização sobre os sistemas de gestão das finanças públicas e e reformas legais, incluindo a promoção da transparência orçamental

2015-2016

*Campanha de informação e sensibilização sobre a reforma do quadro legal e institucional do TCGBS permite informar o público, o executivo e a legislatura sobre as implicações da reforma e as lacunas da lei do TCGBS vigente*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 8: Campanhas de sensibilização sobre os sistemas de gestão das finanças públicas e e reformas legais, incluindo a promoção da transparência orçamental

## 2015-2016

*Discussão, análise e identificação dos mecanismos e instrumentos nacionais de cooperação internacional e dos constrangimentos para um maior alinhamento com as metas de eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento permitem reforçar a fiscalização legislativa sobre o impacto das práticas dos doadores no sistema das Finanças Públicas e nas políticas públicas.*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 9: AT para reforçar os orçamentos e contas, sistemas de auditoria e de monitorização para a análise e avaliação das finanças públicas documentos e projetos-lei

2015-2016

*Parlamentares e staff parlamentar são capacitados e desenvolvem um Código de Etica, Integridade e Responsabilidade Pública para parlamentares eleitos.*





# Pro PALOP-TL ISC

ACT 9: AT para reforçar os orçamentos e contas, sistemas de auditoria e de monitorização para a análise e avaliação das finanças públicas documentos e projetos-lei

2015-2016

*Capacidade de fiscalização legislativa reforçada permite melhorar o escrutínio parlamentar da transparência orçamental, em particular do controlo da dotação e execução orçamentais, nos domínios da Saúde, Educação e promoção da equidade de género.*



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

*Valências e capacidades são desenvolvidas no seio da Administração e Comissões Parlamentares, em particular a Comissão para os Assuntos Económicos (CPE 4) e o GAT, permitindo a análise independente e domínio de técnicas de fiscalização orçamental (do processo orçamental no seu todo, incluindo a fase da auditoria) e das despesas públicas*



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

*A fiscalização reforçada e eficaz das principais fontes de receita nacional contribui para melhorar a qualidade e impacto do debate e processo orçamental em 2015*



# Pro PALOP-TL ISC



ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

*Parlamentares e técnicos parlamentares reforçam capacidades de fiscalização no sector das Obras Públicas.*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 11: Formação e troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas entre Parlamentos e a sociedade civil nos PALOP e TL

2015 & 2016

As capacidades dos parlamentos e parlamentares dos PALOP e Timor-Leste

*são reforçadas por via de troca de experiências e aprendizagem entre pares, no quadro da CPLP e regional*



**Pro PALOP-TL ISC**



# Oportunidades de participação pública

## Fraquezas:

**Para além da publicação dos relatórios de auditoria  
por parte do TCGBS**

**Não existe outro mecanismo de comunicação sobre  
descobertas das auditoria**



**Pro PALOP-TL ISC**



## Oportunidades de participação pública Fraquezas:

**Não existem mecanismos práticos e acessíveis para identificar e incluir a perspectiva do público durante a formulação do orçamento**

**Audiências públicas no Legislativo sobre o quadro macroeconômico do orçamento e orçamentos individuais (unidades administrativas) são muito limitadas**



Pro PALOP-TL ISC



Não existem

*Oportunidades no Legislativo para testemunhos do público durante as audiências públicas do orçamento*

*Mecanismos desenvolvidos pelo Executivo para a participação do público durante a execução do orçamento*

*Mecanismos desenvolvidos pelas ISC para a participação na agenda de auditoria*



**Pro PALOP-TL ISC**

**Não existem**

*Feedback do Executivo sobre a utilização de inputs e contribuições do público*

*Publicação pelo Legislativo dos relatórios sobre as audiências públicas do orçamento*

*Feedback da ISC sobre a utilização de inputs e contribuições do público*



# Pro PALOP-TL ISC

ACT 12: Formação de organizações da sociedade civil (incluindo jornalistas) no domínio do controlo e políticas orçamentais - programa GRANT

2014, 2015 & 2016

Organizações da sociedade civil nos PALOP e em Timor-Leste

*desenvolvem as suas capacidades e levam a cabo acções em todos esses países*

*que permitem um maior envolvimento público no processo orçamental (incluindo a auditoria das contas públicas e orçamentos participativos/do cidadão)*

*e no processo de fiscalização parlamentar e controlo externo das despesas e contas públicas.*



# Pro PALOP-TL ISC

## Pontos de entrada

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil

Accções de reforço da participação da sociedade civil no processo orçamental

Acompanhamento e participação das diferentes fases do processo orçamental  
AT / Workshops de desev. Capacidades de análise e simplificação da info fiscal  
e dedspesa pública

Campanhas de informação / advocacia que visam promover o reforço da  
participação pública no processo orçamental

Troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas



# Pro PALOP-TL ISC

## Pontos de entrada

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil

Accções de reforço da participação da sociedade civil no processo de fiscalização parlamentar e do controlo externo da despesa pública

Conferências, trocas e aprendizagem entre pares no quadro dos PALOP-TL com participação do principais actores – OSC, ISC, Parlamentos, MinFin, etc.

Acções nos diferentes países

Troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas



# Pro PALOP-TL ISC

## Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

**Abordagem integrada  
para a análise e  
simplificação da info  
fiscal, contas públicas e  
processo orçamental**

**Cooperação sul-sul, trocas entre  
pares permite que organizações  
e actores com maior  
experiência e expertise passem  
know-how e conhecimentos  
para os mais necessitados**



# Pro PALOP-TL ISC

## Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

**Centro integrado de  
boas práticas e  
aplicação  
contextualizada de  
produtos**

**Criar um pool de peritos e  
capacidades capaz de capitalizar  
avanços e know-how em  
benefício do conjunto dos  
países beneficiários numa lógica  
integrada**



# Pro PALOP-TL ISC



## Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

**3 níveis de intervenção lógica num quadro integrado e interligado centrado nos PALOP e Timor-Leste**

**Acções mais complexas que promovem maior acesso do público por via da simplificação e melhor análise de info fiscal**

**Novas abordagens que visam reforçar a participação pública**



# Pro PALOP-TL ISC



## Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

**3 níveis de intervenção  
lógica num quadro  
integrado e interligado  
centrado nos PALOP e  
Timor-Leste**

**Formação e campanhas de  
sensibilização/advocacia para  
promoção de maior  
envolvimento público no  
processo orçamental, incluindo  
a auditoria externa e  
fiscalização parlamentar**



# Pro PALOP-TL ISC

## Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

3 níveis de intervenção lógica num quadro integrado e interligado centrado nos PALOP e Timor-Leste

Mapeamento e constituição de redes/organizações/capacidades campanhas de sensibilização/advocacia para promoção de maior envolvimento público no processo orçamental, incluindo a auditoria externa e fiscalização parlamentar



## *3. Orçamento consolidado para Guiné-Bissau*

*Orçamento 2015*

*Orçamento 2016*



**Pro PALOP-TL ISC**



## *Orçamento 2015 para GBS*

**ACT 1: 38,333 EUR**

**ACT 7: 3,157 EUR**

**ACT 2: 40,238 EUR**

**ACT 8: 13,000 EUR**

**ACT 4: 83,460 EUR**

**ACT 9: 22,036 EUR**

**ACT 5: 31,952 EUR**

**ACT 10: 44,499 EUR**

**ACT 11: 28,879 EUR**

**ACT 12: 48,897 EUR**



Pro PALOP-TL ISC



## *Orçamento 2016 para GBS*

ACT 1: 40,446 €

ACT 7: 2,534 EUR

ACT 2: 11,264 €

ACT 8: 5,029 EUR

ACT 3: 97,911 €

ACT 9: 24,061 EUR

ACT 4: 49,910 €

ACT 10: 12,957 EUR

ACT 5: 17,014 €

ACT 12: € 26,388 €



Pro PALOP-TL ISC



## *Orçamento 2015-16 para a Guiné-Bissau*

*Aproximadamente 554,095 EUR*



Pro PALOP-TL ISC